

**1º ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS 1385
HGT/006/2022**

LOCATÁRIO

Nome	INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH
Filial	HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA - HGT
CNPJ	23.453.830/0007-65
Representante	José Carlos Rizoli - Presidente

LOCADOR

Nome	INDUMBRA SERVIÇOS MÉDICOS BRASIL LTDA
CNPJ	65.804.759/0001-72
Representante	Jairo Ferreira Campos – Sócio Administrador

As partes já qualificadas no Instrumento Originário datado em 04/02/2022, resolvem celebrar o presente aditamento para promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Altera-se a CLÁUSULA PRIMEIRA, parágrafo segundo e parágrafo terceiro, do contrato principal, substituindo o equipamento por um NOVO, conforme abaixo mencionado:

Qtd	Descrição	Nº série	Fabricante	Valor mensal
1	Bisturi Elétrico BP 400D	10EQ00481	EMAI	R\$ 1.600,00

Acessórios que acompanham	
Qtd	Descrição
1	Cabo bipolar
1	Caneta de acionamento manual descartável
1	Cabo de conexão da placa de retorno
1	Placa de retorno autoclavável
1	Caneta de acionamento por pedal autoclavável
1	Pedal bipolar
1	Carro de transporte do Bisturi
1	Cabo de força de 10A

CLÁUSULA SEGUNDA – Após negociação entre LOCADOR e LOCATÁRIA, as partes acordam que não haverá alteração no valor pago pela locação.

CLÁUSULA TERCEIRA – Incluem-se ao contrato principal, as cláusulas referentes a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, tópico **DA PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD**, conforme abaixo:



1. Os dados pessoais coletados no presente contrato têm como base legal o disposto no artigo 7º, inciso V, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD), bem como para garantir o cumprimento fiel da execução do contrato entre as PARTES, declarando-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da referida Lei, obrigando-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada pela Lei.
2. As PARTES armazenarão os dados pessoais coletados, com a finalidade exclusiva para a execução do contrato, enquanto perdurar a relação contratual e para necessariamente atender os prazos legais ou regulatórios.
3. As PARTES responsabilizam-se por manter medidas de segurança, técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais do seu titular. Em caso de ocorrência de vazamento indevido de dados, se comprometem a comunicar os seus titulares sobre o ocorrido, bem como à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou danos graves ao titular dos dados pessoais.
4. O titular dos dados poderá requerer expressamente para o agente responsável pelo tratamento, a qualquer momento e mediante solicitação, o acesso, a informação sobre a existência de tratamento de seus dados pessoais, a correção ou a eliminação de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD).
5. Em caso da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) solicitar informações a qualquer PARTE sobre as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive para elaboração do Relatório de Impacto à Proteção dos Dados Pessoais, a PARTE deverá necessariamente comunicar ao titular dos dados pessoais, não podendo transferir ou de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir o acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro sem o conhecimento do titular dos dados.
6. Em caso do uso de compartilhamento de dados pessoais, por meio do tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais realizado por órgãos e entidades públicas em cumprimento de competências legais, ou entre órgãos e entidades privadas, a PARTE deverá obrigatoriamente comunicar o titular dos dados pessoais e obter a autorização específica para a execução de outra modalidade de tratamento de dados pessoais.
7. O compartilhamento de dados pessoais com terceiros, depende obrigatoriamente do consentimento expresso e transparente do titular dos dados para esse fim, exceto em casos de situações previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD) que dispensam a autorização.



8. O titular dos dados pessoais, autoriza os CONTROLADORES e OPERADORES dos dados, nos termos do inciso I, do artigo 7º, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD), a utilizar e compartilhar os dados deste contrato, para atingir a finalidade legítima e exclusiva referente a execução do presente contrato.

Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas contratuais.

Tailândia – PA, 02 de maio de 2022.

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH

José Carlos Rizoli
Presidente

Indumebra Serviços Médicos Brasil LTDA

Jairo Ferreira Campos
Sócio Administrador

Jairo Ferreira Campos
Diretor Comercial

Testemunhas:

1.

Nome: Cristian Tassi
CPF: 595.078.610-68

2.

Nome:
CPF: